



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO



Estudo

ENSINO MÉDIO INTEGRAL

Ensino Médio Integral: como tem sido o avanço no país?

SETEMBRO 2025

Sumário Executivo

O Ensino Médio brasileiro ainda enfrenta desafios profundos de aprendizagem e permanência, intensificados pela pandemia e acompanhados do aprofundamento das desigualdades entre os jovens.

O Ensino Médio Integral (EMI) é uma alavanca comprovada para enfrentar esse cenário, ao promover uma educação de qualidade em jornada escolar estendida e orientada ao desenvolvimento integral dos estudantes, com impactos educacionais, sociais e econômicos já documentados. **Este estudo do Todos Pela Educação reúne evidências sobre os resultados do EMI e apresenta um panorama de sua expansão nas redes estaduais brasileiras entre 2016 e 2024**, destacando avanços e oportunidades para consolidar o EMI como uma política educacional estruturante no Brasil.

As evidências mostram de forma consistente que o EMI reduz a evasão, melhora a aprendizagem e amplia o acesso ao Ensino Superior, especialmente entre os mais vulneráveis. Seus efeitos se estendem para além da trajetória educacional, alcançando a renda, a inserção no mercado de trabalho, além de benefícios sociais em saúde, segurança e bem-estar.

O país avançou de forma significativa na expansão do EMI: entre 2016 e 2024, as matrículas mais que triplicaram, alcançando 1,34 milhão de estudantes, e o número de escolas com oferta EMI cresceu de 1,6 mil para mais de 7 mil unidades. Os estados do Nordeste se destacam como líderes de cobertura, com Pernambuco, Piauí, Ceará e Paraíba ultrapassando 50% das matrículas em tempo integral.

O estudo também constata a expansão de escolas com oferta EMI em redes que partiram de patamares mais baixos, como Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul, mostrando que diferentes trajetórias de crescimento são viáveis quando há compromisso político e planejamento contínuo. Já em estados como Roraima, Santa Catarina e Distrito Federal, a cobertura de matrículas EMI permanece muito limitada, abaixo de 5%, e a expansão de escolas com oferta EMI está dentre as menores no período analisado, revelando desigualdades na priorização do EMI.

A análise dos instrumentos de planejamento das unidades federativas (Planos de Governo, Planos Plurianuais e Planos Estaduais de Educação) reforça esse quadro: territórios que alinham discurso, orçamento e metas claras, como Piauí, Ceará e Pernambuco, apresentam avanços mais consistentes.

Ao reunir priorização, continuidade e coerência dos governos estaduais, o EMI se afirma como uma importante alavanca, capaz de reduzir desigualdades e abrir novas perspectivas para a juventude brasileira.

Sumário

1. Introdução	4
2. Evidências sobre o EMI	6
2.1 Benefícios educacionais	6
2.2 Acesso e permanência no Ensino Superior	7
2.3 Renda e mercado de trabalho	8
2.4 Benefícios sociais ampliados	9
2.5 Viabilidade econômica e legitimidade social	10
• Custo-benefício: retornos expressivos para estudantes e para a sociedade	10
• Legitimidade social	11
3. Panorama nacional do EMI	12
3.1 Expansão	13
3.2 Perfil socioeconômico	14
4. Panorama do EMI por Unidade da Federação	16
4.1 Expansão	16
• Matrículas	16
• Escolas	18
4.2 Institucionalização do EMI: Planos de Governo, Planos Plurianuais e Planos Estaduais de Educação	21
• Planos de Governo	22
• Planos Plurianuais	22
• Planos Estaduais de Educação	23
5. Considerações Finais	25
6. Anexos	26

1. Introdução

O Ensino Médio concentra alguns dos desafios mais persistentes da Educação Básica brasileira. Embora a última década tenha registrado avanços importantes no acesso e na conclusão, como o aumento de 10 pontos percentuais (p.p.) na taxa de matrícula entre jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio, que alcançou 82,8% em 2024, e o salto de 16,1 p.p. na taxa de conclusão aos 19 anos, chegando a 71%, **essa etapa ainda enfrenta dificuldades significativas, sobretudo no que se refere à aprendizagem e à permanência dos estudantes**¹. Os impactos da pandemia da Covid-19 foram profundos: além do efeito negativo na aprendizagem, ampliaram-se as desigualdades já existentes. A diferença de desempenho em Língua Portuguesa entre estudantes brancos/amarelos e pretos/pardos/indígenas, por exemplo, aumentou de 11,1 p.p. em 2013 para 14,0 p.p. em 2023².

Diante desse cenário, torna-se fundamental olhar com atenção para a etapa do Ensino Médio, com foco no avanço dos resultados educacionais com equidade. O **Ensino Médio Integral (EMI) se apresenta como uma importante alavanca para contribuir com a reversão desse cenário, promovendo uma educação de qualidade para os jovens que o cursam**. A proposta pedagógica do EMI é orientada pelo desenvolvimento integral dos estudantes, articulando a ampliação da jornada escolar a experiências formativas multidimensionais, pautadas no protagonismo juvenil, no acolhimento, no acompanhamento individualizado via tutoria e na construção de projetos de vida³.

Esse entendimento foi fortalecido pela recém publicação da Resolução CNE/CEB nº 7/2025, de 1 de agosto de 2025, que estabelece as *Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica*⁴. A resolução reconhece a Educação Integral como uma **política pública estruturante para a garantia do direito humano à educação, assegurando inclusão educacional, equidade, participação, justiça curricular e aprendizagem com qualidade social**. Além disso, estrutura a política com base em **seis dimensões estratégicas**: (i) acesso e permanência com equidade; (ii) gestão da política; (iii) articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades; (iv) currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento; (v) valorização e desenvolvimento profissional de educadores; e (vi) monitoramento e avaliação. Com isso, reforça-se o papel do tempo integral como uma **política sistêmica, integrada e orientada à superação das desigualdades educacionais**, com foco na formação integral dos estudantes.

¹ Fonte: IBGE/Pnad Contínua 2º trimestre. Elaboração: Todos Pela Educação. Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março, ou idade escolar.

² Fonte: Todos Pela Educação. *Estudo sobre aprendizagem na educação básica no Brasil pós-pandemia* (2025). Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2025/04/estudo-aprendizagem-na-educacao-basica-no-brasil-pos-pandemia-todos-pela-educacaodocx.pdf>.

³ Para saber mais sobre os fundamentos e recomendações para a política de Ensino Médio Integral, veja o documento *Ensino Médio Integral: recomendações de Ensino Médio Integral para os governos federal e estaduais* (2022), elaborado por Todos Pela Educação, Instituto Natura e Instituto Sonho Grande. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/11/educacao-ja-2022-ensino-medio-integral.pdf>.

⁴ Fonte: Diário Oficial da União. Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-7-de-1-de-agosto-de-2025-645940688>.

Estudos nacionais e internacionais, que serão apresentados mais adiante, apontam que a Educação Integral e, em especial, o EMI contribui para resultados educacionais de curto prazo, como a redução da evasão, a melhoria da aprendizagem, a diminuição de desigualdades educacionais e o fortalecimento dos vínculos com a escola. Além disso, as evidências mostram efeitos positivos de médio e longo prazo na trajetória dos estudantes e na sociedade como um todo, incluindo maior acesso e permanência no ensino superior, aumento da renda e da empregabilidade, e até redução de indicadores de violência.

Considerando que a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 também determina um prazo para que os **sistemas de ensino revisem ou elaborem normativos específicos** sobre a Educação Integral em Tempo Integral⁵, o presente relatório visa contribuir para esse momento estratégico. Com foco no Ensino Médio Integral (EMI), volta-se às redes estaduais, principais responsáveis pela oferta dessa etapa, e sistematiza evidências, dados atualizados e experiências locais, **apresentando avanços, desafios e oportunidades para consolidar o EMI como uma política estruturante e perene na educação brasileira.**

Além desta introdução, a próxima seção apresenta evidências sobre o EMI, demonstrando os efeitos positivos da política em indicadores educacionais, sociais e econômicos. A seção 3 do relatório apresenta então um panorama da oferta do EMI no Brasil entre 2016 e 2024, analisando tanto sua expansão em termos de matrículas e escolas quanto o perfil socioeconômico dos estudantes atendidos. Essa análise é aprofundada na seção seguinte, que aborda a evolução do EMI por estado, incluindo o grau de institucionalização do tempo integral nos instrumentos de planejamento dos governos locais. Por fim, são apresentadas considerações finais a partir dos principais achados do estudo e anexos.

⁵ “Art. 28. Os sistemas de ensino deverão revisar e atualizar, no prazo de cento e oitenta dias a partir da publicação desta Resolução, os normativos que regulamentam a Educação Integral em Tempo Integral em suas respectivas redes de ensino.” Fonte: Diário Oficial da União. Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-7-de-1-de-agosto-de-2025-645940688>.

2. Evidências sobre o EMI

A implementação do Ensino Médio Integral tem gerado resultados positivos, conforme indicam estudos que analisaram experiências desenvolvidas em diferentes estados brasileiros. Como será mostrado, os estudos apontam que essa política está associada a avanços significativos em indicadores educacionais de aprendizagem e permanência, com efeitos que se estendem para além da trajetória escolar. Entre os benefícios de médio e longo prazo, destacam-se a maior inserção no mercado de trabalho, o aumento da renda, a melhoria do bem-estar, a redução da exposição à violência e o fortalecimento do projeto de vida dos estudantes. Trata-se, portanto, de uma política pública com elevado potencial de transformação social e de promoção da equidade.

2.1 Benefícios educacionais

Diversas experiências estaduais têm demonstrado que o Ensino Médio Integral (EMI) contribui de forma consistente para a melhoria dos resultados educacionais. As evidências indicam avanços significativos tanto na **aprendizagem quanto na permanência dos estudantes na escola**⁶. Em São Paulo, por exemplo, a implementação do Programa de Ensino Integral (PEI) **reduziu em cerca de 10 pontos percentuais (p.p.) a evasão na 1ª série do Ensino Médio**. Os efeitos foram ainda mais expressivos entre grupos mais vulneráveis, como estudantes com histórico de reprovações e meninos, indicando que o EMI também tem **potencial para reduzir desigualdades entre grupos de estudantes das redes**⁷.

Em relação à aprendizagem, os resultados também são positivos. Estudos realizados em São Paulo⁸ e em Pernambuco⁹ mostram ganhos relevantes de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática entre os alunos do EMI. Esses efeitos também podem ser observados em disciplinas com menor carga horária, sugerindo que a política pode qualificar o tempo pedagógico de forma ampla, com **reflexos positivos em múltiplas áreas do conhecimento**¹⁰.

Do ponto de vista dos profissionais da educação, evidências apontam que o EMI também propicia condições mais adequadas ao exercício da docência, quando comparado a jornada parcial. Em Pernambuco, por exemplo, docentes das escolas integrais apresentam **maior formação** (80,5% com Pós-graduação vs. 71,7% no ensino regular), **maior dedicação exclusiva** (67% vs. 43,2% com carga superior a 40h semanais) e **menor acúmulo de vínculos** (40,8% vs. 57,6%). Esses fatores

⁶ ARAUJO, Daniel et al, Do extended school day programs affect performance in college admission tests?, Brazilian Review of Econometrics, v. 40, n. 2, p. 232–266, 2020. <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/81749>

⁷ Para estudantes com atraso escolar, a redução chegou a 19,4 p.p. e, para meninos, a 11,1 p.p., diferenças bastante substanciais. ROSA, Leonardo et al, **Avaliação de Impacto do Programa Ensino Integral (PEI) no Ensino Médio de São Paulo, de 2012 a 2019**, Ribeirão Preto: Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, 2023. <https://sonhogrande.org/avaliacao-de-impacto-do-programa-ensino-integral-pe-no-ensino-medio-de-sao-paulo-de-2012-a-2019/>

⁸ Foram observados ganhos médios em Matemática e em Língua Portuguesa. *Ibid.*

⁹ Análises apontam para impactos tanto em Matemática quanto em Língua Portuguesa. ROSA, Leonardo et al, The effects of public high school subsidies on student test scores: The case of a full-day high school in Pernambuco, Brazil, **Economics of Education Review**, v. 87, p. 102201, 2022. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775721001151>

¹⁰ ARAUJO et al, Do extended school day programs affect performance in college admission tests? <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/81749>

estão associados a **maiores níveis de satisfação profissional** (79,1% no EMI, contra 64,5% no regular)¹¹, o que pode favorecer práticas pedagógicas mais consistentes e o fortalecimento da cultura escolar¹².

A atratividade da proposta também é refletida nas preferências expressas pela população brasileira. Levantamento nacional revela **amplo interesse por elementos centrais do EMI, como projetos de vida, tutoria, aulas práticas e maior permanência na escola**¹³. Os elementos do EMI também são vistos como **instrumentos de inclusão e proteção social**. Em outro levantamento de alcance nacional, 93% dos respondentes defendem mais horas na escola como estratégia para preparar os jovens para o mercado de trabalho; 81% as associam à prevenção de problemas na rua; 81% à melhoria da aprendizagem; e 75% à garantia de alimentação adequada¹⁴.

Em outras palavras, quando o EMI assegura a entrega e a articulação qualificada de seus pilares, mostra-se uma estratégia eficaz para enfrentar desafios estruturais do Ensino Médio brasileiro, contribuindo de forma consistente para garantir o direito à educação com qualidade e equidade.

2.2 Acesso e permanência no Ensino Superior

Os efeitos positivos do EMI não se encerram na educação básica e se estendem ao longo da trajetória dos estudantes. Evidências indicam que alunos egressos do EMI **participam mais**¹⁵ e **têm desempenho superior no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**¹⁶, quando comparados a

¹¹ ISG, **Percepções e Satisfação dos Professores em Pernambuco: Um estudo comparativo com mais de 800 profissionais que atuam em escolas integrais e regulares de Ensino Médio da rede estadual**, São Paulo: Instituto Sonho Grande, 2020. <https://sonhogrande.org/percepcoes-e-satisfacao-dos-professores-em-pernambuco/>

¹² Sobre os impactos da atuação em uma única escola para práticas pedagógicas mais consistentes e fortalecimento da cultura escolar, ver a Nota Técnica Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil, que apresenta uma robusta revisão de literatura, destacando que professores que trabalham em mais de uma escola tendem a participar menos de atividades coletivas, como conselhos escolares e o planejamento do projeto político-pedagógico, o que prejudica o vínculo e a integração com as equipes escolares. MORICONI, Gabriela Miranda *et al*, **Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Lemann Center, D3e, 2024. <https://d3e.com.br/relatorios/atuacao-docente-em-multiplas-escolas-no-brasil/>

¹³ 91% dos jovens entrevistados gostariam de estudar em escolas com clubes de protagonismo, 89% desejam poder escolher disciplinas eletivas, 88% demonstram interesse em aulas de projeto de vida, 87% valorizam aulas práticas de Química, Física, Biologia e Matemática e a presença de um professor tutor. Além disso, 80% destacam como positivo passar mais tempo com os amigos na escola, e 72% estariam dispostos a permanecer de 7 a 9 horas por dia no ambiente escolar com três refeições diárias. DATAFOLHA, **Educação 2.0 estudantes do ensino médio**, [s.l.]: Fundação Telefônica Vivo, Instituto Sonho Grande, Todos Pela Educação, 2022. <https://www.fundacaotelefonica.org.br/pesquisas-conteudos/pesquisa-ensino-medio/>

¹⁴ Pergunta: "Muitas propostas são feitas para melhorar o Ensino Médio do seu estado. Vou ler algumas dessas propostas e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda com cada uma delas. Você concorda ou discorda que os alunos passem mais tempo na escola para que..." Resultado: Aprendam habilidades para o mercado de trabalho: Sim: 93%. Não: 7%. Tenham melhor aprendizado: Sim: 81%. Não: 18%. NS/NR: 1%. Evitem envolvimento com problemas na rua: Sim: 81%. Não: 18%. NS/NR: 1%. Tenham alimentação adequada: Sim: 75%. Não: 23%. NS/NR: 2%.

QUAEST, **Percepções sobre a Educação Pública e o Ensino Médio no Brasil**, Belo Horizonte: Quæst Consultoria e Pesquisa, Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, 2022.

<https://www.institutonatura.org/c/percepcoes-sobre-a-educacao-publica-e-ensino-medio-no-brasil/>

¹⁵ Em análise nacional realizada a partir de informações a nível dos estudantes que permitem acompanhamento do aluno ao longo dos anos, a participação na prova do Enem foi 16,5 p.p maior entre estudantes do EMI, em comparação com os de escolas de tempo parcial. SALOMÃO, Luciano; MENEZES-FILHO, Naercio, **Efeitos do Ensino Médio em Tempo Integral sobre os Indicadores Educacionais dos Alunos**, São Paulo: Instituto Natura, 2024. <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/observatorio/99a5e814-80c4-4d58-b7d6-b3fc8d57d1bd/>

¹⁶ Além disso, em Pernambuco, uma pesquisa identificou que estudantes egressos do EMI apresentavam melhores notas no Enem. ARAUJO *et al*, Do extended school day programs affect performance in college admission tests? <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/81749>

egressos da jornada parcial que nunca frequentaram o ensino de tempo integral, principal porta de entrada para a educação superior no Brasil.

Mais do que ampliar a participação no Enem, o EMI está associado a um maior acesso efetivo ao Ensino Superior. Estimativas em nível nacional indicam que um aumento de 10% na proporção de estudantes do Ensino Médio em Tempo Integral gera um **crescimento de 1% nas matrículas totais no Ensino Superior, e de quase 3% entre estudantes cotistas**¹⁷. Além disso, o EMI tem potencial para **promover a inclusão de mulheres no Ensino Superior**: estudo recente estima que, a cada 1.000 novas matrículas no EMI, são observadas 734 matrículas adicionais e 529 novas conclusões de mulheres no Ensino Superior¹⁸.

Esse padrão se confirma em levantamentos locais. Em Pernambuco, a probabilidade de ingresso no Ensino Superior foi 17 pontos percentuais maior entre egressos do EMI, em comparação com estudantes de escolas de tempo parcial (63% vs. 46%). Quando se observa especificamente o ingresso em instituições públicas, a diferença também é significativa: 9 pontos percentuais a mais entre estudantes da jornada integral¹⁹. Em outras palavras, o EMI não apenas amplia o acesso ao Ensino Superior, como também **favorece a entrada em instituições gratuitas**.

Esses resultados reforçam o papel do EMI na ampliação de oportunidades educacionais, contribuindo de forma concreta para **o acesso à Educação Superior como parte da trajetória formativa dos estudantes**.

2.3 Renda e mercado de trabalho

Para além de melhores oportunidades educacionais, o EMI tem impacto positivo na **inclusão produtiva dos jovens**, contribuindo para a ruptura de ciclos intergeracionais de pobreza. Evidências a nível nacional indicam que, quando a proporção de estudantes em tempo integral aumenta em 10%, há um crescimento de cerca de 3% na taxa de jovens de 20 a 21 anos **empregados formalmente**. Esse efeito é ainda mais expressivo entre jovens pretos, pardos e indígenas, com um impacto quase três vezes superior ao observado entre jovens brancos (4,52% vs. 1,57%)²⁰, o que evidencia o **potencial redistributivo e inclusivo da política**.

¹⁷ SALOMÃO, Luciano; MENEZES-FILHO, Naercio, **Efeitos do Ensino Médio em Tempo Integral sobre o Emprego Formal, as Matrículas no Ensino Superior e Técnico nos Municípios**, São Paulo: Instituto Natura, 2024. <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/observatorio/3b390e5b-d739-486a-b795-06aaf6e6bbc3/>

¹⁸ HAKAK, Lorena; SANTOS, Kelly, **Avaliação de Impacto do Ensino Médio Integral (EMI) sobre a Gravidez Precoce, Educação e Emprego**, São Paulo: Hakak & Marçal Consultoria Econômica, Instituto Natura, 2024. <https://www.institutonatura.org/c/avaliacao-de-impacto-do-ensino-medio-integral-emi-sobre-a-gravidez-precoce-educacao-e-emprego/>

¹⁹ ISG, Mais integral, mais oportunidades: Um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco, [s.l.]: Instituto Sonho Grande, 2019. <https://sonhogrande.org/website/wp-content/uploads/2025/02/sonho-grande-producao-de-evidencias-mais-integral-mais-oportunidade.pdf>

²⁰ SALOMÃO; MENEZES-FILHO, **Efeitos do Ensino Médio em Tempo Integral sobre o Emprego Formal, as Matrículas no Ensino Superior e Técnico nos Municípios**. <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/observatorio/3b390e5b-d739-486a-b795-06aaf6e6bbc3/>

Os impactos se refletem também na **renda**. Em Pernambuco, o EMI foi associado a um ganho médio de 18% acima da média salarial mensal dos jovens pesquisados. A mesma análise aponta efeitos importantes na **redução de desigualdades no mercado de trabalho**, sendo capaz de **eliminar diferenças salariais entre egressos brancos e pretos/pardos**, com uma redução de 13%²¹. Também contribuiu para **ampliar a inserção das mulheres em ocupações formais em 8%**²².

Esses dados mostram que a política de EMI transcende o ambiente escolar, gerando efeitos duradouros sobre a trajetória profissional dos jovens. **Seus impactos são especialmente relevantes entre os mais vulneráveis**²³ e **reforçam o papel da política na promoção de mobilidade social, redução das desigualdades e garantia de oportunidades reais na transição da escola para o mundo do trabalho**.

2.4 Benefícios sociais ampliados

Para além dos benefícios mencionados, estudos recentes indicam que o EMI também pode contribuir para a melhoria de indicadores sociais mais amplos. Na **segurança pública**, por exemplo, um estudo sobre Pernambuco mostrou que municípios que implementaram a política registraram **redução de até 51% na taxa de homicídios entre jovens de 15 a 19 anos**, com efeitos que se intensificam ao longo do tempo²⁴, evidenciando a importância de investimentos contínuos e sustentados. Outra pesquisa também reportou **menor percepção de violência em escolas com jornada em tempo integral**²⁵.

Na área da **saúde**, um estudo identificou **melhorias nos padrões alimentares de estudantes do EMI, possivelmente associadas à oferta regular de alimentação escolar balanceada**²⁶. Além da

²¹ O integral reduz o gap salarial em 13%, percentual superior à diferença previamente existente de 10% entre egressos brancos e pretos/pardos de escolas parciais. ISG, **Mais integral, mais oportunidades: Um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco**.

<https://sonhogrande.org/website/wp-content/uploads/2025/02/sonho-grande-producao-de-evidencias-mais-integral-mais-oportunidade.pdf>

²² Egressas do EMI formadas entre 2009 e 2011 têm 8 p.p a mais de chance de estar trabalhando (66% vs. 59%). *Ibid.*

²³ SALOMÃO; MENEZES-FILHO, **Efeitos do Ensino Médio em Tempo Integral sobre o Emprego Formal, as Matrículas no Ensino Superior e Técnico nos Municípios**.

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/observatorio/3b390e5b-d739-486a-b795-06aaf6e6bbc3/>

ISG, **Mais integral, mais oportunidades: Um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco**.

<https://sonhogrande.org/website/wp-content/uploads/2025/02/sonho-grande-producao-de-evidencias-mais-integral-mais-oportunidade.pdf>

²⁴ Comparação entre municípios de Pernambuco na fronteira vs. municípios de outros estados fronteiriços. ROSA, Leonardo; BRUCE, Raphael; SARELLAS, Natália, **Effects of school day time on homicides: The case of the full-day high school program in Pernambuco, Brazil**, São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2022.

https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2022/06/IEPS_WP16.pdf

²⁵ Queda de 11,8% no índice de violência velada, medido por ameaças, consumo de drogas e presença de armas, comparando escolas com oferta EMI e escolas regulares a partir dos questionários dos gestores e professores do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). ISG, **Percepção da violência no ambiente escolar: Análise das escolas integrais e regulares**, São Paulo: Instituto Sonho Grande, 2021.

<https://sonhogrande.org/website/wp-content/uploads/2025/02/sonho-grande-pesquisas-em-educacao-digital-violencia-escolar.pdf>

²⁶ A pesquisa revela maior consumo de alimentos saudáveis e redução das internações por desnutrição entre adolescentes, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. SARTI, Flavia Mori; NISHIJIMA, Marislei, **Efeitos do Ensino Médio Integral sobre padrões de alimentação e estado nutricional**, São Paulo: Instituto Natura, 2023.

<https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2025/04/Efeitos-do-Ensino-Medio-Integral-sobre-padroes-de-alimentacao-e-estado-nutricional.pdf>

segurança alimentar, o EMI também pode estar associado a outros benefícios. Uma pesquisa nacional recente identificou **menor prevalência de sintomas de depressão, uso de substâncias ilícitas e internações por transtornos emocionais** entre adolescentes matriculados no EMI²⁷. No campo da saúde reprodutiva, evidências de Pernambuco mostram que estudantes do EMI apresentaram **taxas mais baixas de casamento** (18% contra 25%) **e de filhos** (19% contra 29%) em comparação aos colegas de jornada parcial²⁸. Estimativas nacionais recentes também sugerem que, a cada mil matrículas em tempo integral, podem ser evitados até 114 casos de **gravidez entre adolescentes** de 15 a 17 anos²⁹.

Esses efeitos, embora ainda demandem novas investigações, fortalecem a compreensão do EMI como uma política pública transversal, com capacidade de impulsionar o desenvolvimento social, prevenir desigualdades e reduzir custos futuros para o Estado.

2.5 Viabilidade econômica e legitimidade social

Além dos impactos positivos em múltiplas dimensões da vida dos estudantes, a política de EMI apresenta **elevada viabilidade econômica e ampla legitimidade social**, o que reforça seu caráter estratégico para o desenvolvimento nacional.

- **Custo-benefício: retornos expressivos para estudantes e para a sociedade**

Estudos recentes indicam que a política apresenta uma **relação custo-benefício favorável**. Para cada estudante que concluiu os três anos do Ensino Médio em jornada integral, estima-se um ganho médio de R\$ 64 mil em renda ao longo da vida adulta, **valor quase três vezes superior ao custo incremental da política**, que é estimada na média de R\$ 24 mil por aluno. Em outras palavras, **cada real investido gera R\$ 2,70 em benefício direto para o jovem**³⁰.

Quando se ampliam as estimativas para incluir ganhos indiretos, como o aumento da produtividade, da arrecadação tributária e da formalização do mercado de trabalho, os efeitos se tornam ainda mais significativos. O retorno social pode chegar a R\$ 145 mil por estudante, o que corresponde a uma relação custo-benefício de até 1 para 6. Isso significa que, **a cada real investido, até seis reais podem ser retornados à sociedade em forma de crescimento econômico e redução de desigualdades**.

²⁷ LIMA, Inacia Bezerra de et al, **Efeitos do Ensino Médio Integral na Saúde Mental dos Estudantes Brasileiros**, Ribeirão Preto: Instituto Natura, 2023.

<https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2025/04/Efeitos-do-Ensino-Medio-Integral-na-saude-mental-dos-estudantes-brasileiros.pdf>

²⁸ ISG, **Mais integral, mais oportunidades: Um estudo sobre a trajetória dos egressos da rede estadual de ensino de Pernambuco**, <https://sonhogrande.org/website/wp-content/uploads/2025/02/sonho-grande-producao-de-evidencias-mais-integral-mais-oportunidade.pdf>

²⁹ HAKAK; SANTOS, **Avaliação de Impacto do Ensino Médio Integral (EMI) sobre a Gravidez Precoce, Educação e Emprego**, <https://www.institutonatura.org/c/avaliacao-de-impacto-do-ensino-medio-integral-emi-sobre-a-gravidez-precoce-educao-e-emprego/>

³⁰ INSPER, **Impactos econômicos de médio e longo prazo de uma educação integral**, São Paulo: Centro de Evidências da Educação Integral, 2022. <https://sonhogrande.org/website/wp-content/uploads/2025/02/educacao-tempo-integral-digital-2022-07-21.pdf>

Esses dados evidenciam que o EMI é uma política economicamente fundamentada, com evidências sólidas do seu potencial de gerar retornos duradouros tanto para os indivíduos quanto para o país.

- **Legitimidade social**

A política de EMI também conta com **respaldo da população brasileira**, o que reforça sua legitimidade pública e potencial de sustentabilidade ao longo do tempo. Segundo levantamento nacional conduzido pelo Instituto QuaesT com amostra representativa da população brasileira acima de 16 anos³¹, 74% dos entrevistados já ouviram falar do EMI³² e, entre os que têm filhos, 75% gostariam que eles estudassem em escola de tempo integral³³. A percepção de efetividade também é ampla: 84% consideram a política eficaz³⁴ e 72% a avaliam como superior à escola onde estudaram³⁵.

O reconhecimento social, aliado aos retornos educacionais e econômicos evidenciados por estudos recentes, demonstram que o EMI é uma política que reúne as **condições necessárias para se consolidar como uma estratégia estruturante e sustentável na educação pública brasileira**.

³¹ Período da coleta: 09 a 19 de junho de 2022. Método de coleta: Entrevistas face a face, com aplicação de questionários estruturados. Público-alvo: População brasileira acima de 16 anos. Amostra: 6.545 entrevistas distribuídas pelos 26 estados e o Distrito Federal. Margem de erro estimada de 2 pontos percentuais para estimativas nacionais. QUAEST, **Percepções sobre a Educação Pública e o Ensino Médio no Brasil**.

<https://www.institutonatura.org/c/percepcoes-sobre-a-educacao-publica-e-ensino-medio-no-brasil/>

³² Pergunta: "Você conhece ou já ouviu falar do Ensino Médio em Tempo Integral?" Resultado: Sim: 74%, Não: 26%. *Ibid.*

³³ Base: Quem tem filhos. Pergunta: "Você gostaria que a escola do seu filho fosse em tempo integral" Resultado: Sim: 75%, Não: 25%. *Ibid.*

³⁴ Pergunta: "Como você avalia esse formato de Ensino Médio Integral? Você acha que é um tipo de escola ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?" Resultado: Positiva: 84%, Regular: 12%, Negativa: 3%, NS/NR: 1%. *Ibid.*

³⁵ Pergunta: "Você acha que esse formato de escola (EMI) é melhor, igual ou pior em comparação à escola que você estudou?" Resultado: Melhor: 72%, Igual: 16%, Pior: 9%, NS/NR: 3%. *Ibid.*

3. Panorama nacional do EMI

Esta seção apresenta um panorama da oferta do EMI nas redes estaduais do Brasil, no período entre 2016 e 2024. A análise está organizada em duas frentes complementares: a **expansão da oferta de EMI** ao longo do tempo e a **caracterização dos públicos atendidos**.

Na primeira parte, são analisados dados do Censo Escolar, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)³⁶, com foco na evolução das **matrículas em tempo integral no Ensino Médio** e das **escolas com oferta EMI**, ou seja, escolas com, ao menos, uma turma em jornada integral. A combinação dessas duas perspectivas permite uma leitura mais completa sobre o alcance e a distribuição territorial do EMI, bem como sobre as estratégias de expansão adotadas pelas redes estaduais.

DEFINIÇÃO DE ENSINO MÉDIO INTEGRAL

Escola com oferta EMI

Define-se como escola com oferta de Ensino Médio Integral (EMI) aquela que possui, no mínimo, uma turma presencial de Ensino Médio com carga horária semanal igual ou superior a 35 horas. O cálculo, feito a partir da base de turmas do Censo Escolar, considera apenas escolas em atividade, com oferta de ensino regular e presencial, e com escolarização de alunos.

Matrícula EMI

Matrícula registrada em uma turma de escolarização presencial do Ensino Médio com carga horária igual ou superior a 35 horas semanais, em escolas com oferta EMI. Consideram-se apenas matrículas do ensino regular e presencial, registradas em escolas em atividade e com escolarização de alunos. São consideradas de tempo integral as matrículas de estudantes do Ensino Médio que permanecem em atividades presenciais por 35 horas ou mais por semana, seja exclusivamente em turmas de escolarização, seja por meio da soma de escolarização presencial com atividades complementares, atendimento educacional especializado (AEE) ou turmas exclusivas de itinerário formativo, desde que em escolas com oferta EMI.

Analisa-se também o perfil das matrículas e das escolas com oferta EMI, a partir do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) desenvolvido pelo Inep, com base nos dados do Saeb de 2021³⁷, os dados mais atuais até a data da publicação deste estudo. O objetivo é compreender em que medida o Ensino Médio Integral tem atendido estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

³⁶ Inep. *Resultados do Censo Escolar*. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/centso-escolar/resultados>.

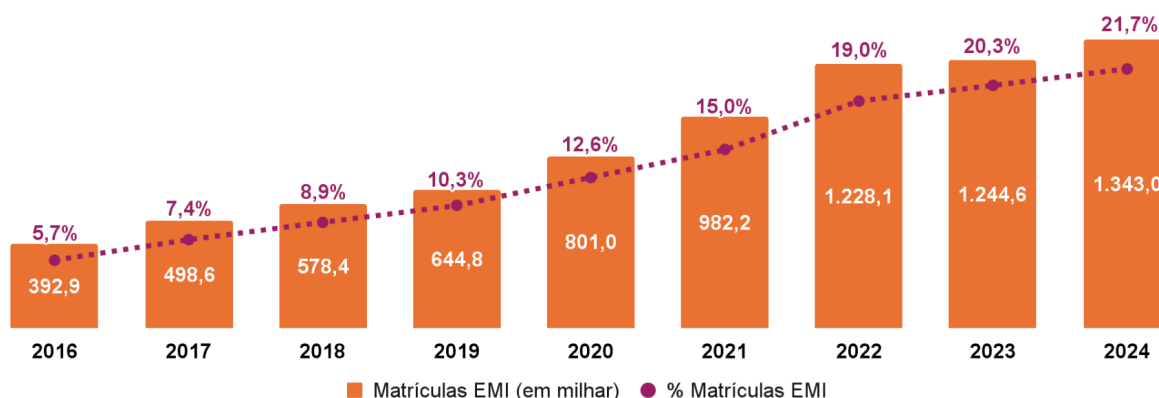
³⁷ O INSE é calculado com base nas respostas ao Questionário do Aluno do Saeb, considerando escolaridade dos pais e posse de bens e serviços das famílias, e permite traçar um retrato da realidade socioeconômica das escolas e redes de ensino. Fonte: Inep. Nível Socioeconômico (Inse). Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>.

3.1 Expansão

A análise dos dados nacionais entre 2016 e 2024 evidencia uma **expansão contínua das matrículas EMI³⁸** no período. O número absoluto de matrículas mais que triplicou, passando de 392.855 em 2016 para 1.343.035 em 2024, como mostra o gráfico 1. Essa evolução representa um avanço de 16 p.p., saindo de 5,7% de matrículas integrais em 2016 para 21,7% em 2024. **Isso representa uma evolução média de 2 p.p. ao ano, com destaque para o período entre 2019 a 2022.**

Gráfico 1: Evolução das matrículas EMI - redes estaduais, Brasil (2016-2024)



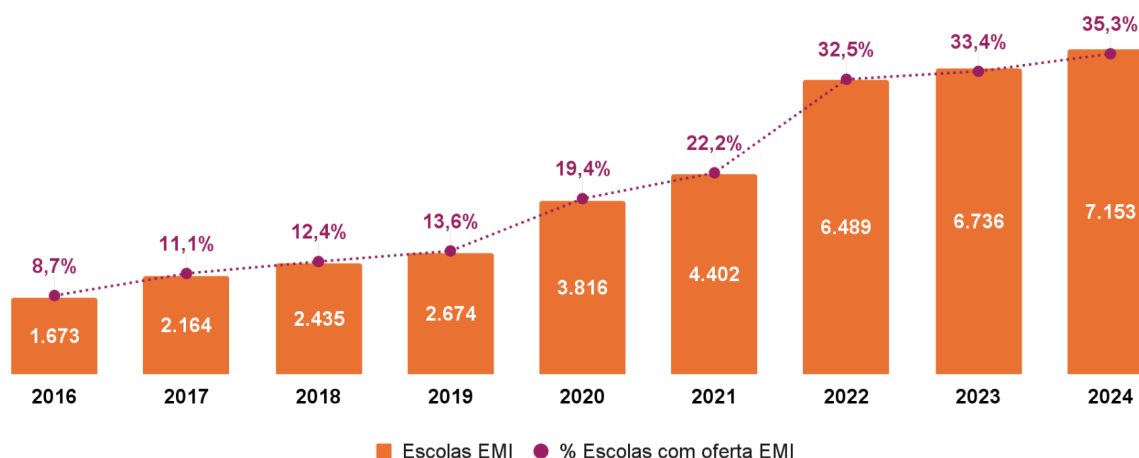
Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

O gráfico 2, por sua vez, ilustra a evolução das escolas com oferta EMI³⁹ no mesmo período. O número de escolas passou de 1.673 em 2016 para 7.153 em 2024, alcançando **35,3% do total de escolas estaduais de Ensino Médio**. O crescimento acumulado de 26,7 p.p. reflete a **continuidade de expansão do EMI a nível nacional**.

³⁸ A definição de matrícula EMI está no quadro *Definição de Ensino Médio Integral*, disposto na página 12 deste relatório.

³⁹ A definição de escola com oferta EMI está no quadro *Definição de Ensino Médio Integral*, disposto na página 12.

Gráfico 2: Evolução das escolas com oferta EMI - redes estaduais, Brasil (2016-2024)



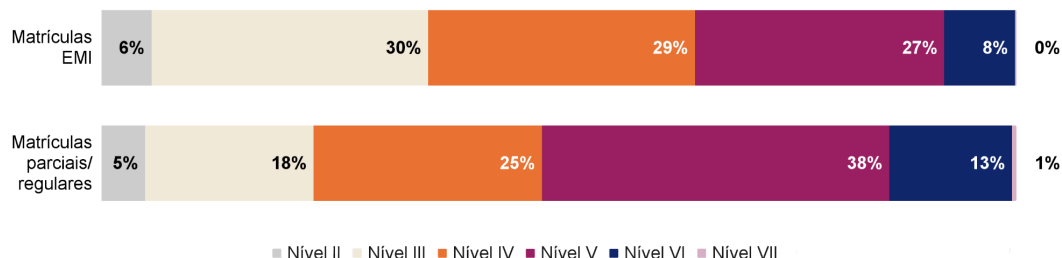
Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

3.2 Perfil socioeconômico

A continuidade e o aprimoramento da expansão do Ensino Médio Integral exigem uma análise qualificada não apenas sobre a quantidade de matrículas, mas também sobre quem são os estudantes atendidos. Compreender o perfil socioeconômico das escolas com oferta EMI, por meio de indicadores como o Indicador de Nível Socioeconômico (INSE), é fundamental para garantir que a política avance com foco em equidade. Essa abordagem permite ao planejamento da política identificar desigualdades, priorizar territórios mais vulneráveis e orientar ações para que a expansão do modelo beneficie especialmente os estudantes que mais precisam.

O gráfico 3 mostra a distribuição percentual das matrículas por nível socioeconômico, medida pelo INSE, de acordo com o tipo de oferta do Ensino Médio. **Observa-se que, no EMI, 36% das matrículas concentram-se nos níveis I a III, faixas de menor nível socioeconômico.** Já na jornada parcial, essa proporção é de 23%. A partir do nível IV, que representa faixas de maior nível socioeconômico, ocorre uma inversão: no ensino de jornada parcial, 77% das matrículas pertencem a esses níveis mais altos, enquanto no EMI essa participação é de 64%.

**Gráfico 3: Distribuição de matrículas por tipo de oferta de Ensino Médio (2024)
por nível do INSE (2021) - redes estaduais, Brasil⁴⁰**



Fonte: MEC/Inep/Indicadores educacionais. Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: Os níveis I e VIII não foram incluídos na análise por ausência de matrículas nessas faixas.

⁴⁰ Para a construção deste gráfico, foram cruzadas as informações de matrículas com os dados de INSE de 2021, considerando se a escola ofertava ou não turmas de EMI. A análise abrangeu apenas as escolas da rede estadual de Ensino Médio com INSE disponível em 2021, calculando-se o total de matrículas em cada nível do indicador.

4. Panorama do EMI por Unidade da Federação

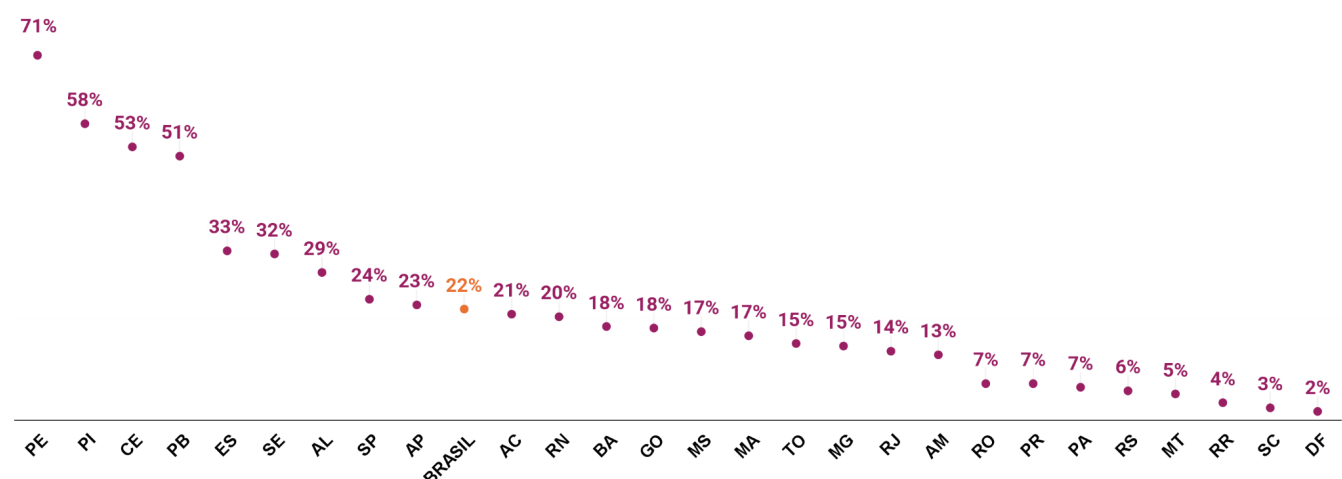
Esta seção complementa a análise nacional ao detalhar a evolução da oferta do Ensino Médio Integral (EMI) em cada Unidade da Federação (UF). Além dos dados de matrículas e de escolas com oferta EMI, apresenta-se uma análise do grau de institucionalização da política nos estados brasileiros, a partir de sua inclusão nos principais instrumentos de planejamento dos governos locais.

4.1 Expansão

● Matrículas

Dados de 2024 revelam que o percentual de matrículas EMI tem grande variação entre os estados brasileiros, como mostra o gráfico 4, com destaque positivo para a região Nordeste, que concentra os percentuais mais elevados.

Gráfico 4: Percentual de matrículas EMI - redes estaduais, por UF (2024)



Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

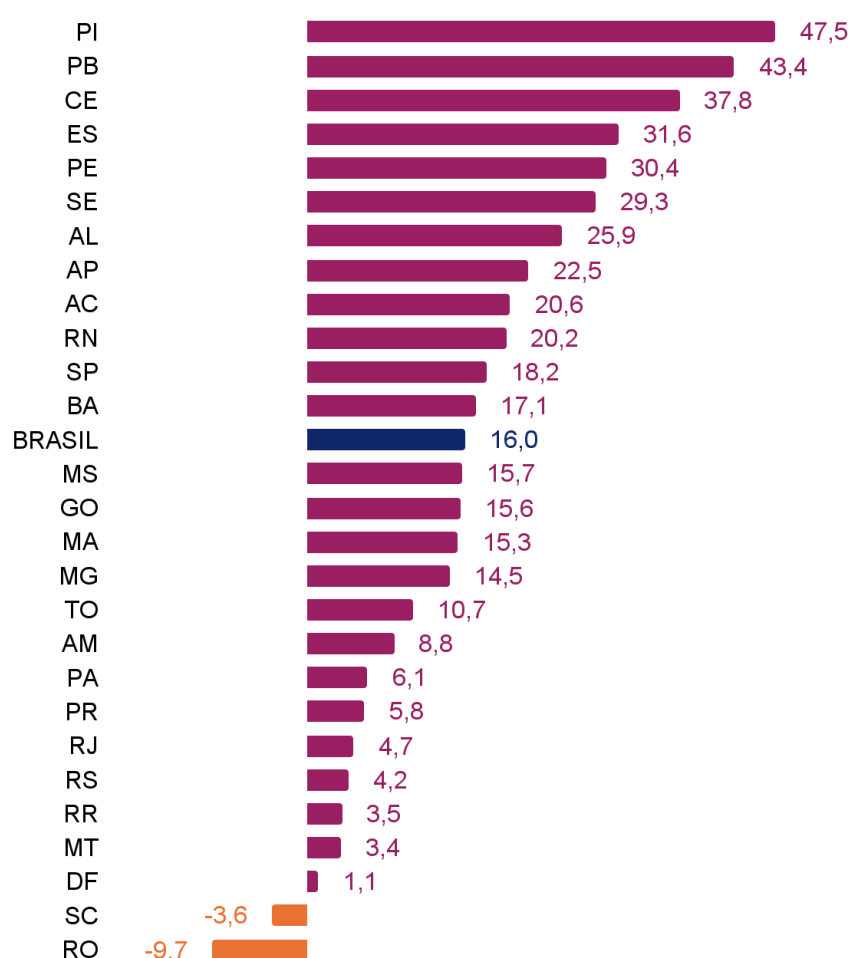
Das **nove UFs acima da média nacional (22%)**, seis estão no Nordeste: Pernambuco, que lidera com 71% das matrículas de Ensino Médio da rede estadual sendo EMI, seguido por Piauí (58%), Ceará (53%), Paraíba (51%), Sergipe (32%) e Alagoas (29%). Em contraste, **oito UFs apresentam cobertura inferior a 10%**, incluindo Distrito Federal (2%), Santa Catarina (3%), Roraima (4%) e Mato Grosso (5%), que figuram entre as menores coberturas do país.

A ampla dispersão evidencia **diferentes ritmos de implementação e graus de priorização da política de EMI nos territórios**, com disparidades significativas mesmo dentro das regiões. No Sudeste, por exemplo, há contrastes entre Espírito Santo (33%) e São Paulo (24%), com cobertura

acima da média, e Minas Gerais (15%) e Rio de Janeiro (14%), com abrangência menor. Já no Norte, a heterogeneidade é marcada por estados como o Amapá (23%) superando a média nacional, enquanto outros permanecem com cobertura bastante restrita.

Nesse sentido, é fundamental analisar o caminho percorrido por cada estado para alcançar os níveis atuais de cobertura do EMI. O gráfico 5 apresenta a evolução do percentual de matrículas EMI entre 2016 e 2024, destacando o **esforço histórico de cada rede estadual para expandir essa política**.

Gráfico 5: Evolução do percentual de matrículas EMI (em p.p.) - redes estaduais, por UF (2016–2024)



Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Os estados com maior variação positiva no período foram Piauí (47,5 p.p.), Paraíba (43,4 p.p.), Ceará (37,8 p.p.), Espírito Santo (31,6 p.p.), Pernambuco (30,4 p.p.) e Sergipe (29,3 p.p.), evidenciando um investimento consistente e contínuo na ampliação do EMI, que resultaram em coberturas altas em 2024. Já no outro extremo, alguns estados registraram crescimentos muito baixos ou até mesmo retrocessos. O caso que mais se destaca é o de Rondônia, com uma redução

de 9,7 p.p. no percentual de matrículas em EMI, seguido por Santa Catarina (-3,6 p.p.) e Distrito Federal (1,1 p.p.), que praticamente não avançou na última década. Tais trajetórias de estagnação ou retrocesso explicam a cobertura atual muito baixa dessas redes evidenciada no gráfico 4.

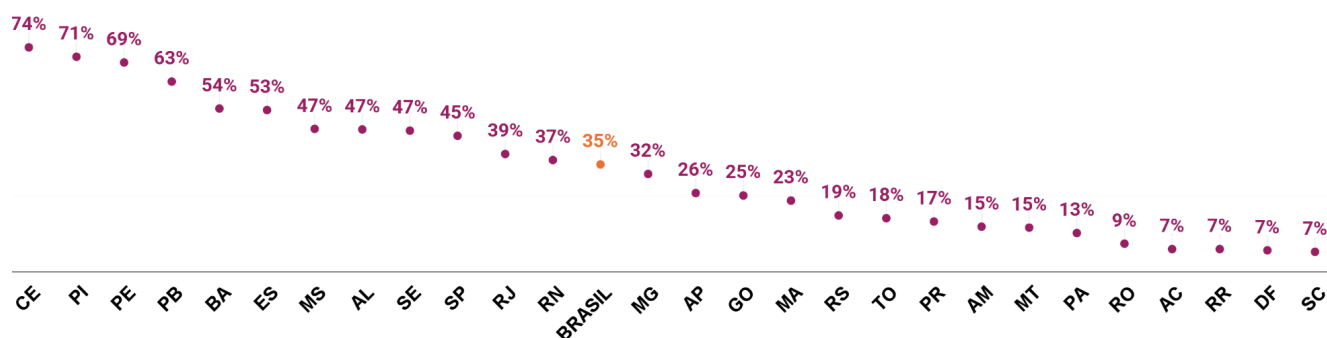
Uma análise combinada dos gráficos 4 e 5 também permite destacar os estados que apresentaram crescimento acima da média nacional, mas cuja cobertura atual ainda é inferior a do país como um todo. Acre, Rio Grande do Norte e Bahia integram esse grupo, sinalizando investimentos recentes, mas com potencial ainda não plenamente realizado. Além disso, nenhuma UF se posiciona no cenário contrário, que indicaria alta cobertura atual com baixo crescimento. Isso reforça que, **nos estados com maior alcance atual, o avanço se deu de forma consistente ao longo dos anos, evidenciando trajetórias de continuidade e priorização da política de EMI.**

Em síntese, a evolução do EMI nos estados líderes mostra que a expansão consistente dessa política pública é viável, mesmo em contextos inicialmente desfavoráveis. **As redes que ainda têm cobertura limitada podem se inspirar nessas trajetórias para impulsionar a expansão local do EMI, considerando suas realidades locais, particularidades territoriais e desafios próprios.** Como evidenciado no gráfico 5, não parece existir uma única trajetória possível: diferentes caminhos levaram a avanços relevantes, reforçando que **o comprometimento político e a continuidade das ações, que envolvem priorização política, planejamento e investimento continuado, são elementos centrais para o sucesso.**

● Escolas

A análise da evolução do percentual de escolas estaduais de Ensino Médio com oferta EMI, como mostra o gráfico 6, revela o mesmo cenário do percentual de matrículas EMI, **destacando a liderança da região Nordeste na implementação do EMI.** Estados como Ceará (74%), Piauí (71%), Pernambuco (69%) e Paraíba (63%) lideram amplamente em percentual de escolas com oferta EMI, evidenciando estratégias de expansão territorialmente abrangentes. Na outra ponta, estados como Santa Catarina, Distrito Federal, Roraima, Acre e Rondônia mantêm percentuais abaixo de 10%, indicando **baixa priorização do EMI nessas redes.**

Gráfico 6: Percentual de escolas com oferta EMI - redes estaduais (2024)

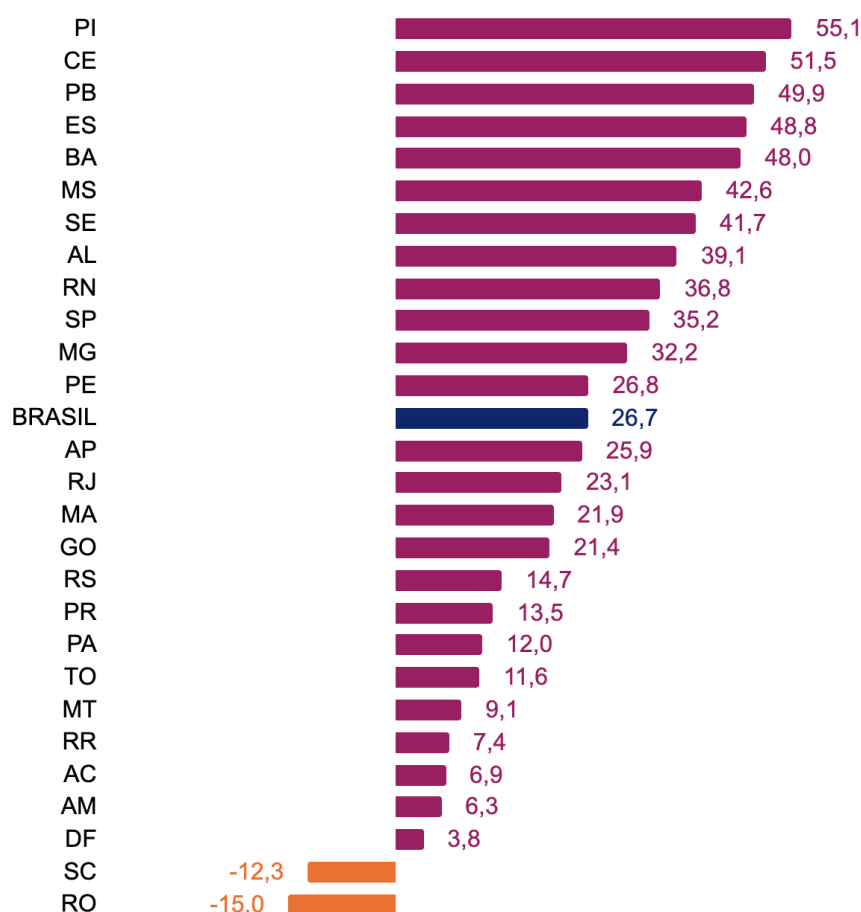


Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

O gráfico 7 aprofunda essa análise ao mostrar a variação do percentual de escolas com oferta de EMI entre 2016 e 2024, permitindo identificar as **redes que mais expandiram a política em termos de presença territorial**. O Piauí (55,1 p.p.), Ceará (51,5 p.p.), Paraíba (49,9 p.p.) e Espírito Santo (48,8 p.p.) aparecem como destaques, com forte crescimento no número de escolas com oferta EMI, o que contribui diretamente para a ampliação do acesso. Também apresentaram avanços expressivos em estados como Bahia, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Alagoas, todos com variações superiores a 30 p.p., sinalizando ações estruturadas e sustentadas ao longo do tempo.

Em contraste, há casos que acendem alerta: Santa Catarina (-12,3 p.p.) e Rondônia (-15 p.p.) registraram reduções no número de escolas com oferta EMI no período analisado, apontando para descontinuidade ou retrocesso da política nessas redes.

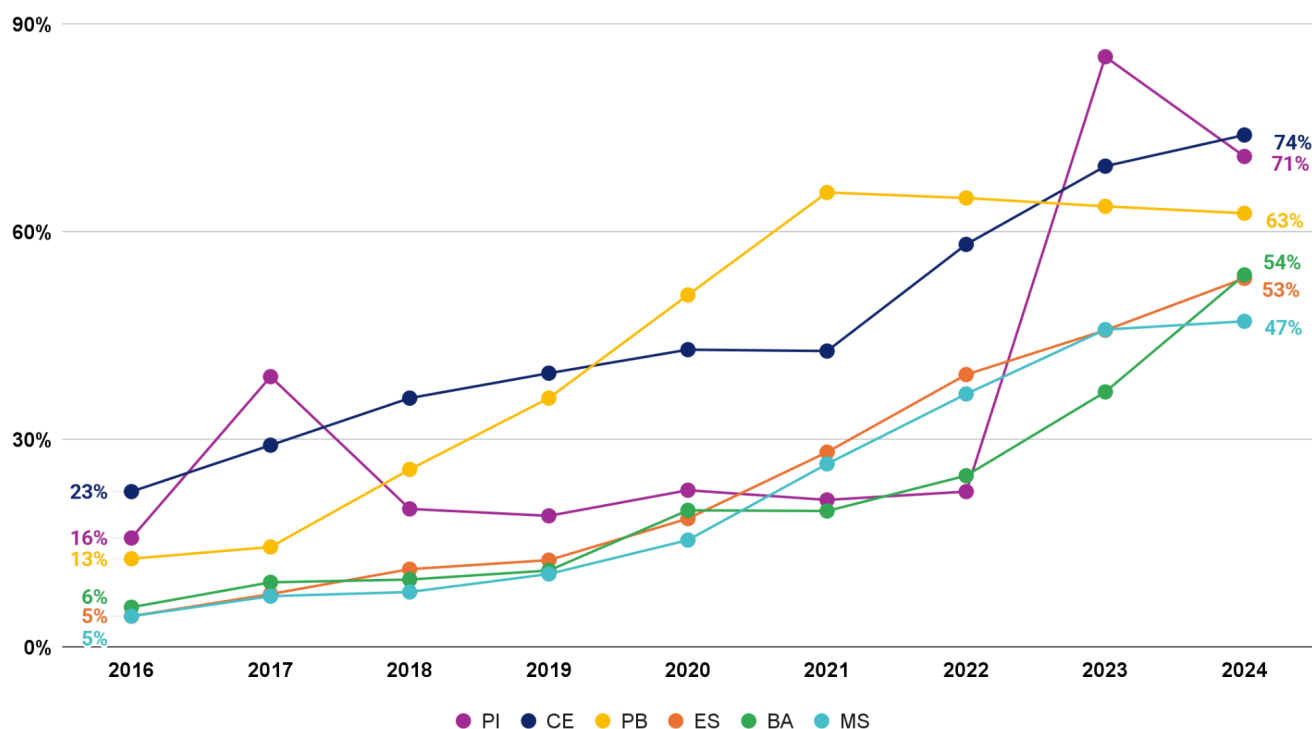
Gráfico 7: Evolução do percentual de escolas com oferta EMI (em p.p.) - redes estaduais, por UF (2016–2024)



Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

As análises a seguir qualificam esse estudo. O gráfico 8 mostra os **estados com maior crescimento no percentual de escolas com oferta EMI entre 2016 e 2024**. Ceará (51,5 p.p.), Espírito Santo (48,8 p.p.), Bahia (48 p.p.) e Mato Grosso do Sul (42,6 p.p.) se destacam por estratégias de expansão sustentadas ao longo de todo o período. A Paraíba (49,9 p.p.), por sua vez, apresentou uma trajetória de evolução até 2021, chegando a liderar a cobertura nacional de escolas com oferta EMI em 2021 e 2022, seguida por um período de estabilização e leve retração. O caso do Piauí (55,1 p.p.), que hoje possui a segunda maior cobertura estadual, chama atenção por uma trajetória de crescimento acelerado entre 2022 e 2023, quando o percentual de escolas com oferta EMI saltou de 23% para 85%, seguido por uma redução de 14 p.p, alcançando 71% em 2024. Além disso, é interessante notar os exemplos de Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul, todos com cobertura inicial igual ou abaixo de 6%, que evidenciam como o **avanço depende menos do ponto de partida e mais do compromisso com a expansão do EMI**.

Gráfico 8: Redes estaduais com maior expansão das escolas com oferta EMI (2016-2024)

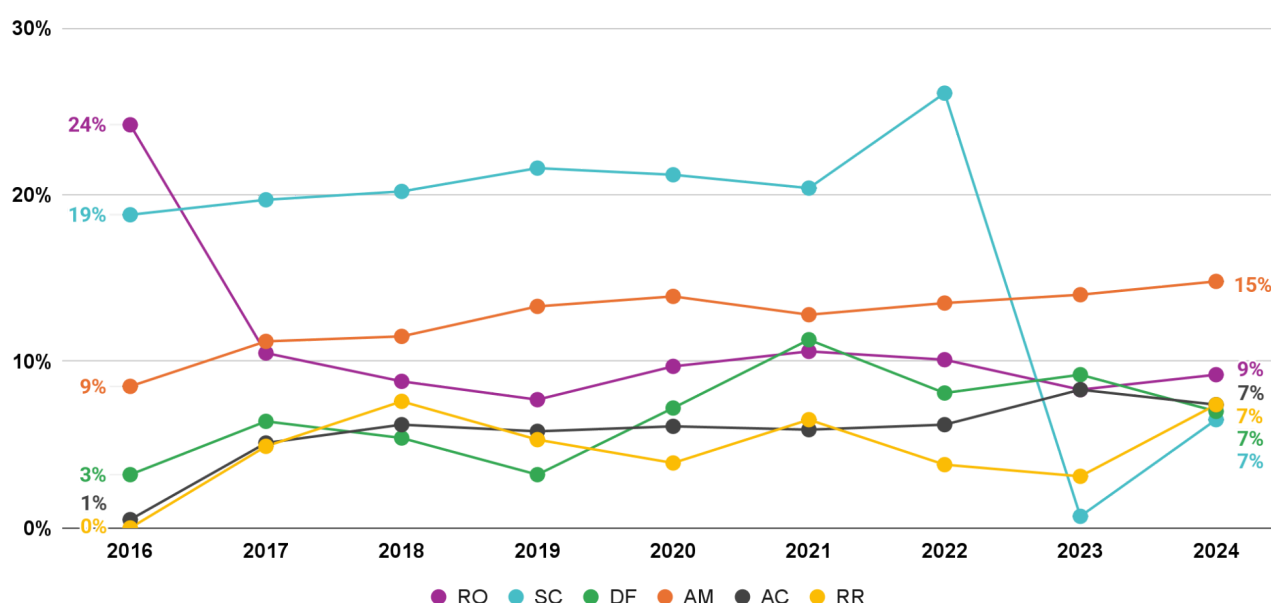


Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

Na outra ponta, algumas redes apresentam **crescimento tímido, estagnação ou até mesmo retração no período**, como mostra o gráfico 9. Esse é o caso para os estados de Rondônia (-15 p.p.), Santa Catarina (-12,3 p.p.), Distrito Federal (3,8 p.p.), Amazonas (6,3 p.p.), Acre (6,9 p.p.) e Roraima (7,4 p.p.). Todos permanecem com cobertura de escolas que ofertam EMI inferior a 15% em 2024. Santa Catarina chama atenção por uma queda abrupta na cobertura: após alcançar 26% de escolas com oferta EMI em 2022, o estado recuou drasticamente para apenas 1% em 2023, com

leve recuperação em 2024 (7%). Já Rondônia apresentou trajetória oposta, com retrações contínuas ao longo dos anos, passando de 24% em 2016 para 9% em 2024. Em ambos os casos, o recuo também se verificou nas matrículas EMI (gráfico 5), **reforçando a evidência de baixa prioridade com a política**. Distrito Federal, Acre, Roraima e Amazonas também apresentaram trajetórias com oscilações, sem avanços consistentes ou sustentados ao longo do período, mantendo cobertura baixa até o final do período analisado.

Gráfico 9: Redes estaduais com menor expansão das escolas com oferta EMI (2016-2024)



Fonte: MEC/Inep/DEED - Censo Escolar. Elaboração: Todos Pela Educação.

4.2 Institucionalização do EMI: Planos de Governo, Planos Plurianuais e Planos Estaduais de Educação

A institucionalização e sustentabilidade do EMI enquanto política pública **dependem do seu alinhamento nos principais instrumentos de planejamento dos estados**: os Planos de Governo, os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e os Planos Plurianuais (PPAs). A inclusão do EMI nesses documentos demonstra compromisso político, orienta a alocação de recursos e fortalece a continuidade da política ao longo das gestões.

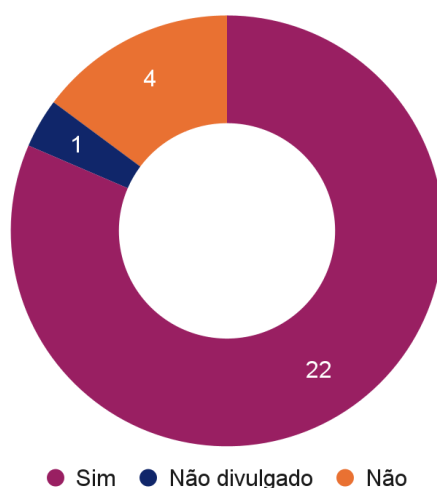
É importante destacar que, embora o foco deste relatório seja sobre o Ensino Médio Integral, os **dispositivos previstos nos planos de governo, PEEs e PPAs nem sempre se referem exclusivamente a essa etapa de ensino**. Em muitos casos, os compromissos assumidos tratam da Educação em Tempo Integral de forma mais ampla, conforme a organização da rede de ensino e a estratégia política de cada ente federado. Portanto, vale destacar que a análise apresentada deve ser lida com cautela quanto às conclusões possíveis.

• Planos de Governo

Os planos de governo apresentados pelos candidatos eleitos para o ciclo de gestão estadual 2023-2026 são insumos relevantes para avaliar o nível de prioridade política atribuído ao EMI⁴¹. A análise desses documentos revela que a **ampla maioria dos governadores eleitos reconhece a Educação Integral como uma prioridade estratégica de seus mandatos**.

Conforme mostra o gráfico 10, em 22 UFs (81% do total), há menção explícita ao compromisso com a expansão ou fortalecimento da Educação Integral nos planos de governo. Apenas quatro candidatos eleitos não apresentaram esse compromisso (Amazonas, Distrito Federal, Roraima e Santa Catarina).

Gráfico 10: Menção ao Ensino Integral nos Planos de Governo das UFs



Fonte: Plano de Governo dos Governadores Eleitos (2023 -2026). Elaboração: Todos Pela Educação.

• Planos Plurianuais

A inclusão da Educação Integral nos Plano Plurianuais (PPAs)⁴² é outro indicativo do compromisso orçamentário e programático com a expansão da política nos estados. Ao incorporar metas e ações relacionadas ao tema, os governos estaduais e o Distrito Federal sinalizam a **intenção de alocar recursos públicos e assegurar a continuidade da política ao longo do ciclo orçamentário de quatro anos, influenciando até o primeiro ano de governo da próxima gestão**. Dos 27 entes federados, 17 UFs (63%) mencionam a Educação Integral em seus PPAs vigentes, enquanto 10 não apresentam qualquer referência à política, como mostra o gráfico 11.

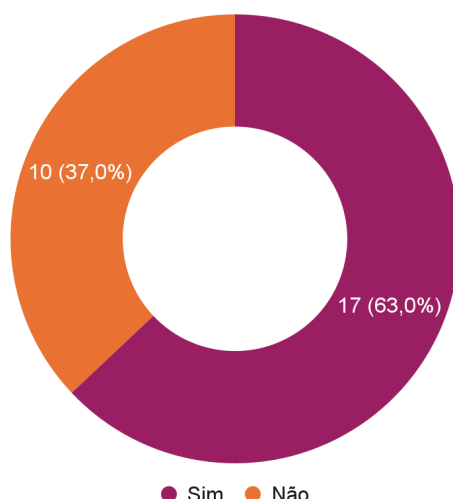
⁴¹ Os planos de governo das gestões atuais foram registrados junto à Justiça Eleitoral durante as eleições de 2022 e orientam as propostas dos governadores eleitos para o mandato 2023–2026.

⁴² Elaborados em 2023 pelos governos eleitos em 2022, os PPAs têm vigência de 2024 a 2027.

O quadro 1, disponível nos Anexos, aprofunda essa análise ao cruzar a presença do tema nos planos de governo com sua inclusão nos PPAs. Ao todo, **14 estados** mencionam a Educação Integral tanto nos planos de governo quanto nos PPAs, o que pode indicar maior coerência entre as promessas de campanha e o planejamento orçamentário efetivo para sua execução. Já Acre, Distrito Federal e Santa Catarina incorporaram o tema apenas em seus PPAs, sem referência prévia nos planos de governo, enquanto Amapá, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Tocantins o mencionaram nos planos de governo, mas não o traduziram em ações ou metas nos PPAs.

Em termos do conteúdo registrado nos PPAs, nota-se diferentes enfoques e níveis de detalhamento. Embora a expansão de escolas e matrículas seja o compromisso mais frequente, **muitos planos não estabelecem metas específicas nem indicam claramente a etapa de ensino prioritária**. Alguns estados, no entanto, apresentam compromissos mais robustos e estruturados. O Piauí, por exemplo, define como meta a **universalização da Educação Integral**. O Ceará enfatiza a **garantia da permanência escolar**, enquanto o Maranhão combina a expansão com **metas de formação continuada específicas para o EMI**.

Gráfico 11: Menção ao Ensino Integral nos PPAs das UFs



Fonte: Planos Plurianuais (2024-2027). Elaboração: Todos Pela Educação.

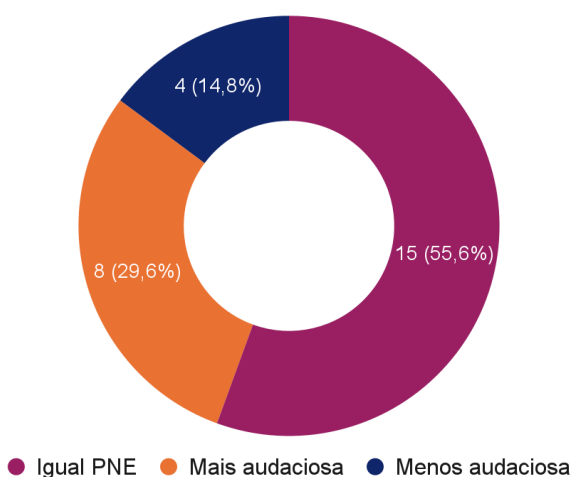
● Planos Estaduais de Educação

Os PEEs são instrumentos legais orientadores das políticas educacionais nos entes federados, elaborados com base nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE). A Lei nº 13.005/2014 (alterada pela Lei nº 14.934/2024), que regulamenta o PNE 2014-2025, determina que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuem em regime de colaboração para o cumprimento das metas, cabendo aos gestores públicos a adoção das medidas necessárias à sua implementação

(art. 7º). Ainda, prevê a **obrigação de os entes federados elaborarem ou adaptarem seus planos em consonância com o PNE** (art. 8º)⁴³.

No que diz respeito à Educação em Tempo Integral, o PNE define, em sua Meta 6, o compromisso de oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, **50% das escolas** públicas, de forma a atender pelo menos **25% dos estudantes** da Educação Básica⁴⁴. Seguindo essa determinação, as 27 unidades federativas incorporaram a temática da Educação Integral em seus PEEs, com metas específicas associadas. Mais da metade (56%) optou por reproduzir integralmente os mesmos percentuais de cobertura de escolas e matrículas da meta nacional. Por outro lado, 8 UFs (30%) definiram metas mais ambiciosas, e 4 (15%) estabeleceram metas abaixo do parâmetro nacional (gráfico 12).

Gráfico 12: Metas de Educação Integral nos PEEs em relação à Meta 6 do PNE



Fonte: Plano Nacional de Educação e Planos Estaduais de Educação (2014-2025). Elaboração: Todos Pela Educação.

⁴³ Tenha acesso em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

⁴⁴ Meta 6: oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica.

5. Considerações Finais

Este relatório buscou contribuir para o debate nacional sobre a consolidação e expansão do Ensino Médio Integral (EMI), reunindo evidências sobre seus impactos, sua viabilidade e os caminhos trilhados pelos estados brasileiros nos últimos anos. Os dados apresentados reforçam: **o EMI é uma política pública estratégica, com impactos positivos amplos, sejam eles educacionais, econômicos e sociais, especialmente para os jovens mais vulneráveis.**

A expansão recente indica que, **ao unir priorização, planejamento e continuidade, os resultados aparecem.** Entre 2016 e 2024, o número de matrículas mais que triplicou e o percentual de escolas com oferta de EMI cresceu de forma significativa em várias redes estaduais. Estados como Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco aliaram compromisso político a estratégias estruturadas e sustentadas ao longo do tempo. Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul mostram que trajetórias de expansão são possíveis mesmo partindo de patamares menores.

Por outro lado, **importantes desigualdades persistem.** Há estados com cobertura inferior a 10%, e trajetórias marcadas por estagnação ou retrocesso. Nessas redes, os dados indicam baixa priorização do EMI, ausência de planejamento estratégico e descontinuidade institucional. A análise dos instrumentos de planejamento corrobora esse cenário: **onde há alinhamento entre promessas eleitorais, orçamento e metas educacionais claras, há mais coerência entre discurso e entrega.** Onde há desconexão, os resultados tendem a ser tímidos ou inexistentes.

Em um momento de rediscussão nacional sobre a Educação Integral em Tempo Integral, o prazo definido pela Resolução CNE/CEB nº 7/2025 para atualização dos normativos, cria uma **janela estratégica para consolidar e expandir o EMI.** Aproveitar esse contexto para investir na política significa unir justiça social, racionalidade econômica e vontade popular, assegurando sua continuidade como **política de Estado articulada, contínua e voltada à garantia do direito à educação de qualidade com equidade.**

6. Anexos

Quadro 1: Qualificação da Educação Integral nos planos de governo e PPAs das UF's

UF	Meta PEE x Meta PNE	Menção no Plano de Governo	Menção no PPA	Conteúdo PPA
Acre	Mais audaciosa	X	✓	Expansão EMI
Alagoas	Igual	✓	✓	Expansão integral via Educação Profissional
Amapá	Igual	✓	X	-
Amazonas	Mais audaciosa	X	X	-
Bahia	Menos audaciosa	✓	✓	Expansão integral
Ceará	Igual	✓	✓	Expansão EMI Permanência estudantil
Distrito Federal	Mais audaciosa	X	✓	Expansão integral
Espírito Santo	Igual	✓	X	-
Goiás	Igual	✓	X	-
Maranhão	Menos audaciosa	✓	✓	Expansão (Ensino Fundamental e Médio) Formação continuada EMI
Mato Grosso	Igual	✓	✓	Expansão integral
Mato Grosso do Sul	Mais audaciosa	✓	X	-
Minas Gerais	Igual	✓	✓	Expansão (Ensino Fundamental e Médio)
Pará	Menos audaciosa	✓	X	-
Paraíba	Igual	✓	✓	Expansão integral
Paraná	Mais audaciosa	✓	✓	Expansão integral
Pernambuco	Mais audaciosa	✓	✓	Expansão integral
Piauí	Igual	✓	✓	Universalização integral
Rio de Janeiro	Mais audaciosa	-	X	-
Rio Grande do Norte	Igual	✓	✓	Expansão EMI
Rio Grande do Sul	Igual	✓	✓	Expansão integral Expansão EMI
Rondônia	Menos audaciosa	✓	X	-
Roraima	Igual	X	X	-
Santa Catarina	Mais audaciosa	X	✓	Expansão integral
São Paulo	Igual	✓	✓	Expansão (Ensino Fundamental e Médio)
Sergipe	Igual	✓	✓	Expansão integral
Tocantins	Igual	✓	X	-

Fonte: Planos Estaduais de Educação (2014 -2025), Plano de Governo dos Governadores Eleitos (2023 -2026), Planos Plurianuais (2024 -2027). Elaboração: Todos Pela Educação.

Expediente

Produção técnica

Gabriel Corrêa

Diretor de Políticas Públicas

Manoela Miranda

Gerente de Políticas Educacionais

Yara Duque

Consultora de Políticas Educacionais

Pedro Veloso

Coordenador de Pesquisa e Monitoramento de Dados

Produção editorial

Daniel Corrá

Gerente de Comunicação | Advocacy

Bruna Rodrigues

Coordenadora de Comunicação | Advocacy

Danilo Torres

Designer

Liderança Executiva do Todos Pela Educação

Priscila Cruz

Presidente-executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-executivo

Gabriel Corrêa

Diretor de Políticas Públicas

Priscilla Cabral

Diretora de Comunicação

Talita Nascimento

Diretora de Relações Governamentais

Fernanda Santoro

Diretora de Gente e Desenvolvimento Institucional



 www.todospelaeducacao.org.br

 [@todospelaeducacao](https://www.instagram.com/todospelaeducacao)

 [/company/todospelaeducacao/](https://www.linkedin.com/company/todospelaeducacao/)

 [@Todospelaeducacao](https://www.youtube.com/Todospelaeducacao)

 [@TodosEducacao](https://twitter.com/TodosEducacao)

 [@todoseducacao](https://www.facebook.com/todoseducacao)

 [Todos Pela Educação](https://www.whatsapp.com/TodosPelaEducação)